



Tutu desafia: "Eu sei o peso da máquina governamental numa eleição"

Tutu nega três vezes, mas apóia cinco anos

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Há uma semana a deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) ocupou a tribuna para acusar o jornal **CORREIO BRAZILIENSE** de "irresponsável" por ter divulgado pesquisa do **Centrão** que incluía o seu nome entre os parlamentares que votarão a favor do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

— Se os jornais de São Paulo publicam um absurdo desses, amanhã eu apinho de meus eleitores na calçada. Vão pensar que eu fiz alguma negociata, pois sabem que eu sou a autora da primeira emenda propondo eleições gerais em 88. Como vou explicar a mudança da minha posição? — Esbravejou em plenário a deputada, recebendo inclusive a solidariedade de alguns constituintes, favoráveis aos quatro anos que também tiveram seus nomes relacionados na lista do **Centrão**, como a deputada Maria de Lourdes

Abadia (PFL/DF) e José Maria Eymael (PDC/SP).

Curiosamente, ontem o nome da deputada Dirce Tutu Quadros figurava, de forma legível, na lista de assinaturas de apoio da emenda do deputado **Mathus Iensen** (PMDB/RJ), que sugere a fixação do mandato do presidente José Sarney em cinco anos. Há até a informação de que a deputada petebista teria feito questão de apor sua assinatura na presença do próprio Presidente, em seu gabinete no Palácio do Planalto, o que não foi possível, mas acabou fazendo no Congresso, levada pelo deputado Paulo Zarzur. Hoje, às 9 horas, ela tem uma audiência no Palácio do Planalto.

— Foi o Presidente que me chamou. Eu não pedi nenhuma audiência e não sei o que ele quer — justificava ontem, por volta das 18 horas.

Quando o **CORREIO BRAZILIENSE** publicou a pesquisa do **Centrão** Tutu Quadros parecia tão irritada a ponto de encenar o estrangulamento da repórter

do mesmo jornal que cobria a repercussão da matéria, fazendo o gesto com as mãos e gritando que o levantamento, antes de ser divulgado, teria de ser checado.

Ao ser questionada ontem por que mudara de ideia, ela mostrou o mesmo espanto e, ao negar, disse que "este era mais um golpe branco do **Centrão**, que está empurrando ao máximo a conclusão dos trabalhos da Constituinte, para impedir a realização de eleições ainda este ano", voltando a frisar que seria uma incoerência o seu apoio à emenda dos cinco anos, uma vez que era a autora da primeira emenda propondo eleições gerais em 88.

Depois de desfiar uma série de argumentos do tipo "cresci no mundo político-administrativo e sei o peso que tem uma máquina governamental numa eleição", Tutu Quadros acabou concordando que "o máximo que concordaria em ceder seria adiando as eleições gerais para o ano que vem".

PCB defende monopólio da distribuição

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de seus três representantes na Assembleia Nacional Constituinte, vai continuar defendendo em plenário o artigo aprovado na Comissão de Sistematização de nacionalização da distribuição do petróleo e derivados em todo o País. A bancada do PCB entende que a nacionalização da comercialização dos derivados é uma antiga reivindicação de vastos segmentos da sociedade brasileira e que precisa ser defendida a todo custo, independentemente das pressões exercidas sobre a Constituinte pelas corporações econômicas e entidades representativas do empresariado.

Coube ao deputado Fernando Santana (PCB-BA) a tarefa de defender em plenário aquelas bandeiras mais identificadas com as lutas de caráter nacionalista, travadas no Brasil principalmente na década de 1960. O parlamentar baiano apresentou outras emendas dispostas sobre a fixação de limites para as propriedades rurais e o monopólio da União em relação aos recursos minerais.

O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), por sua vez, reapresentou emenda a favor da unicidade sindical, colocando-se em campo oposto ao Partido dos Trabalhadores e ao **Centrão**, que defendem o pluralismo. Ainda é de autoria do deputado outras três emendas: proibição da locação da mão-de-obra; eleições para governador em Brasília em 1988 e com posse em janeiro do próximo ano e aplicação de fundos e programas de responsabilidade da União apenas pelas instituições financeiras públicas.

O deputado e líder do PCB, Roberto Freire, nesta fase da Constituinte, buscará empenhar-se em aprovar emenda impedindo qualquer tipo de censura no País, inclusive eliminando um dos itens do anteprojeto da Comissão de Sistematização que daria margem para o cerceamento da manifestação de opinião quando esta viesse a infringir a chamada moral e os bons costumes nacionais. Roberto Freire quer também garantir a inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações em geral.

Atendendo aos apelos de algumas entidades nacionais, o deputado apresentou uma outra emenda garantindo a anistia ampla e irrestrita a todos os brasileiros prejudicados com leis, resoluções e atos após 1946. Caso aprovada, a emenda beneficiaria os marinheiros, não abrangidos pela anistia consignada no anteprojeto da Comissão de Sistematização.

Elementar, meu caro Watson

MENDES RIBEIRO

Proudhon, Revolução de Paris:

"Os grandes só são grandes porque estamos de joelhos. Levantemo-nos!"

Faz tempo, muito até, venho dizendo o óbvio: 85 por cento do Projeto Cabral é consenso.

Poderia ser diferente? Não.

O relator, longe de um passe de magia dando luz ao grande roteiro, foi pacientíssimo colecionador de sugestões. Tenho reservas sobre a possibilidade de outro guardar, com igual humildade e ética, a postura de quem relata.

Nada impediria de impor sua marca. Porém, embora o toque pessoal intransferível, o único dos relatores apontado pelo voto, tem sido digno da confiança recebida.

Os ungidos pelas urnas, criaram as normas. Ele deu forma, ordenou, subordinado às determinações de seus pares. Não chegou onde está por acaso. Aliás, nada pode ser debitado unicamente à sorte. Quando repetida, tem outro nome: competência.

Quem colocar dúvidas, teimosamente, sobre a constatação, as perderá com um mínimo de esforço, cumprindo obrigação primária do legislador ou crítico. Lendo os substitutivos do **Centrão**. Inteirando-se das especulações da Direita-Direitíssima, muito próxima do grupo responsável pela salutar guinada no Regimento, a meu juízo, fragmentado por posições radicais, vozes marcantíssimas e erros elementares de comunicação. Tomando conhecimento das ideias alinhavadas pelo Centrão. Indo ao fundo do poço na verificação de que a extrema esquerda agita por mil e negocia por dez, sabedora de seu peso e inteligente para distinguir barulho de voto. E, finalmente, conversando com os eternos "desligados",

presentes em qualquer representação.

Aliás, ninguém desconhece ou questiona a minha assertiva na Assembleia Nacional Constituinte. Os pessimistas reduzem o percentual em dez. Os otimistas aumentam em idêntica proporção.

Hora, pois, de reforçar a tese defendida imediatamente após a apresentação do trabalho do relator. Mantida depois de concluída a tarefa da última comissão, hoje dispensada.

Por que não sacramentar o pacífico? Os derradeiros resquícios de incertezas, poderão ser varridos com providência de cristalino bom-senso. Apresentadas as emendas, na semana em curso, os computadores dirão das incompatíveis com o texto constitucional, das repetidas (somente sobre eleições gerais, por baixo, são duas dezenas), das conflitantes (a aprovação de uma prejudicará as demais) e do que não foi alvo de objeção.

Aposto no resultado 85 por cento, intocado. O restante se exaurirá nas alternativas mencionadas. As novidades acolhidas por Cabral, seriam votadas no consenso.

Nenhum desejo de ser original.

Sentido prático já manifestado por Ulysses Guimarães. Seu desempenho — sou insuspeto para falar face ao número de vezes que dele tenho, publicamente, recordado — rastrela a esperança da conclusão breve. Sem ele, é ponto de vista majoritário, quem sabe unânime, as chances dos trabalhos atingirem bom termo seriam mínimas.

Em síntese, no caldeirão, meia dúzia de pontos: estabilidade, imprescindibilidade, sistema de governo, duração do mandato presidencial, conceito de empresa nacional, reforma agrária e vamos ficando por aí...

O povo aplaudirá, de pé, se a Assembleia Nacional Constituinte encontrar o ovo de Colombo. Como diria Sherlock Holmes: "Elementar, meu caro Watson".



AS EMPRESAS PETRÓLEO
IPIRANGA INFORMAM O
NOVO NÚMERO
TELEFÔNICO DE SUA
DIRETORIA EM BRASÍLIA.

231-3324

SCS ED. DENASA CONJUNTO 1203/04
CEP: 70302 BRASÍLIA-DF.